

Educação Ambiental no Ecoturismo em Brotas (SP): Análise de Concepções e Ações no contexto do Programa Município Verde Azul

Environmental Education in Brotas (SP) Ecotourism: Analysis of Conceptions and actions in the “Programa Município Verde Azul” context

Tiago Yamazaki Izumida Andrade

Unesp/ Faculdade de Ciências de Bauru/ Mestre em Educação para a Ciência
tiago.yandrade@gmail.com

Jandira Lília Biscalquini Talamoni

Unesp/ Faculdade de Ciências de Bauru/ Prof. Dra. do Programa de Pós-graduação
em Educação para a Ciência
talamoni@fc.unesp.br

Resumo

Brotas-SP se destaca pelo ecoturismo e inserção no Programa Município Verde Azul (PMVA). Levando em conta que a Educação Ambiental (EA) está na essência do ecoturismo e é uma das prerrogativas do PMVA, nesta pesquisa objetivamos verificar sob quais perspectivas (EA tradicional ou EA crítica) as atividades de EA eram realizadas pelo ecoturismo; se as empresas estavam comprometidas com o PMVA e com a comunidade (escolas). Entrevistamos representantes de duas empresas de ecoturismo, analisamos e discutimos os dados sob a luz da análise de conteúdo e da EA crítica. As empresas seguiam a perspectiva tradicional de EA, resultando em atividades pontuais e descontextualizadas. Não verificamos a existência de articulação delas com o PMVA ou com as escolas municipais. É necessário a inserção, nas atividades de EA dessas empresas, discussões socioambientais locais e estabelecimento de parcerias entre as empresas, o PMVA e as escolas municipais, em projetos com maior responsabilidade socioambiental.

Palavras chave: ecoturismo, Brotas – SP, educação ambiental, programa município verde azul, responsabilidade social

Abstract

Brotas - SP is highlighted for ecotourism and the insertion in State Program “Programa Município Verde Azul” (PMVA). Taking into account that the Environmental Education (EE) is the essence of ecotourism and is one of the prerogatives of PMVA, this study aimed to verify under what perspectives (traditional EE or critical EE) EE activities were performed by ecotourism; if agencies were committed to PMVA and the community (schools). We interviewed representatives of two ecotourism agencies, analyzed and discussed the data in light of the content analysis and critical EE. Agencies followed the traditional perspective of

EE, resulting in punctual and decontextualized activities. We did not verify the existence of articulation between agencies and PMVA or municipal schools. It is necessary to insert, within agencies EE activities, local environmental discussions and partnerships between businesses, PMVA and municipal schools, the promotion of projects with environmental responsibility.

Key words: ecotourism, Brotas-SP, social responsibility, environmental educator, “programa município verde azul”, social responsibility

Introdução

Atualmente vivemos uma crise do pensamento da civilização ocidental, decorrente da relação estabelecida entre os homens e entre estes e a natureza, a qual tem sido pautada na dominação e no desconhecimento do humano como um membro da mesma. Este pensamento tem conduzido ao quadro de degradação socioambiental que vem se estabelecendo e que intensificou, nas últimas décadas, as reflexões a respeito desta temática. Foi no âmbito destas reflexões que surgiram a Educação Ambiental (EA) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), este último considerado como um modo de desenvolvimento - econômico e social - que não coloque em risco a quantidade e qualidade dos recursos do planeta para as futuras gerações (BRUNDTLAND, 1991).

Becker (1996) e Tristão (2004) criticam essa ideologia de desenvolvimento, afirmando que esta se trata, apenas, de mais um discurso incorporado pelo sistema capitalista, como estratégia para a obtenção de lucro, em uma sociedade onde as discussões ambientais haviam se tornado evidentes. Assim, para alguns autores, o DS é somente a expressão de um instrumento de manipulação do mercado, proposto pelo sistema capitalista.

É nesse contexto de reorganização da economia que as atividades turísticas vêm sendo, de modo geral, consideradas como formas de desenvolvimento sustentável (MATHEUS, MORAES, CAFFANI, 2005) e surge, então, o turismo sustentável, com o objetivo de atender às necessidades de lazer e de desenvolvimento dos núcleos receptores, preservando o meio ambiente local. Este pensamento impulsionou a criação de um segmento turístico chamado ecoturismo. Este, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação deste, buscando a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente e promovendo o bem-estar das populações locais. (MICT; MMA, 1994).

A prática correta do ecoturismo - aquela que transmite as instruções educacionais e sociais visando atingir a forma sustentável de menor ação impactante por parte do turista, e valorizando o meio socioambiental local - contempla a Educação Ambiental (EA). É importante considerar que o estímulo à prática do ecoturismo, visando à conscientização da população, está presente na Lei No. 9795, de 27/04/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e que prevê o incentivo, por parte das três esferas do poder público, ao desenvolvimento de ações educativas ambientais em espaços informais (art.13 inciso VII) (BRASIL, 1999).

De acordo com Hintze (2008), o ecoturismo é um segmento informal de ensino, com grande potencial para se trabalhar com a EA e, para esse autor, o planejamento de estratégias educativas deve iniciar-se na intencionalidade das empresas envolvidas com essas atividades.

Este planejamento deve ser idealizado, realizado e praticado por profissionais que busquem fundamentações teóricas e constantes reflexões sobre as suas práticas, pois, o profissional que planeja o seu trabalho sob tais perspectivas poderá atuar com maior responsabilidade social e, assim, tornar-se realmente um agente transformador da qualidade de vida, e não um mero condutor de grupos de visitantes, de um lado para o outro.

No que diz respeito à EA, este profissional certamente poderá se deparar com diferentes perspectivas de ação que, de acordo com Tozoni-Reis (2004), apresentam enfoques diversos, os quais definem as diferentes práticas e seus objetivos, formuladas e praticadas por diferentes grupos sociais e com interesses contraditórios, determinados histórica, social e politicamente. A partir dos estudos de Sato e Santos (2003), Loureiro (2006), Guimarães (2004) e Layrargues (2004) podem ser traçados dois eixos de perspectivas/concepções para o discurso da EA nos contextos formal e informal de ensino: um conservador/tradicional e outro crítico, cada qual com sua leitura de EA. Na concepção conservador/tradicional, as atividades de EA objetivam a preservação da natureza, contemplando o desenvolvimento de ações pontuais, descontextualizadas e sem questionamentos sobre o padrão civilizatório que determinou as questões ambientais em pauta, portanto, apenas realimentando uma visão simplista e reducionista da natureza. Em contrapartida, sob a perspectiva crítica de EA, tais questões devem ser politizadas em seu sentido amplo; devem ser entendidas frente aos fatores sociais e históricos nelas envolvidos e que as influenciaram e/ou, de certa forma, as determinaram.

Segundo Layrargues (2006), estabelecer apenas a preocupação com a proteção ambiental e cultural como princípio do ecoturismo é até satisfatório, mas não suficiente. É importante avaliar, portanto, em que medida o ecoturismo também pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico a respeito da apropriação do ambiente e dos aspectos sociais envolvidos em suas práticas. Desta forma, o desenvolvimento da EA crítica pode potencializar a sustentabilidade de tais atividades, incorporando-se como um instrumento à ação do planejamento ecoturístico, sendo capaz de tratar não apenas da conscientização ambiental, mas, sobretudo da social.

No contexto do ecoturismo, o município de Brotas (SP) se destaca por reunir características peculiares no que se refere à composição de sua paisagem, as quais possibilitam a existência de atrativos que vem sendo utilizados pelo turismo, tais como as cachoeiras, saltos, corredeiras e hotéis-fazenda. A riqueza da paisagem local tornou-se, portanto, um recurso de desenvolvimento econômico promissor para o município e, para consolidar esse novo potencial, tanto o poder público quanto a sociedade civil realizaram diversas ações estruturais e de *marketing* para a construção de um novo perfil para a cidade.

Dentre essas ações, pode se destacar a adesão do município, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), em 2007, ao Programa Município Verde Azul (PMVA), proposto pelo governo estadual. Este Programa visa estimular os municípios a participarem da política ambiental, aderindo a um plano de metas elaborado pela Prefeitura, com base em 10 diretrizes consideradas prioritárias pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SMA) e presentes em um Protocolo de Intenções: esgoto tratado; lixo mínimo; mata ciliar; arborização urbana; educação ambiental; habitação sustentável; uso da água; poluição do ar; estrutura ambiental e a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente. Para receber a certificação, são analisados o Plano de Metas proposto pela Prefeitura e o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas diretrizes. Após análise, ao cumprimento de cada uma das diretrizes é atribuída uma pontuação e, dentre elas, a EA, o Esgoto Tratado e os Resíduos Sólidos são as que apresentam um peso maior, considerando-se os critérios de pontuação. Os municípios certificados recebem recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP) e têm prioridade nas verbas estaduais, em todos os setores (FERREIRA, 2008).

Verifica-se que o principal objetivo do PMVA é a gestão ambiental compartilhada entre os governos estadual e municipal, como forma de democratização da gestão pública, favorecendo e estimulando ações municipais voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Considerando que o município de Brotas aderiu ao PMVA e tem como principal atividade econômica o ecoturismo, e que ambos preveem ações voltadas para a EA, o presente trabalho objetivou responder as seguintes questões: Qual(is) é(são) a(s) perspectiva(s) de EA que embasa(m) as atividades desenvolvidas nas empresas de ecoturismo de Brotas? Quais são os atores responsáveis pelo planejamento e execução dessas ações? Existe articulação entre as empresas de ecoturismo, a SMMA e as escolas municipais, no que diz respeito às ações educativas ambientais propostas e desenvolvidas por estes setores?

Condução da pesquisa

Assumindo as bases metodológicas da pesquisa qualitativa, utilizamos a entrevista como técnica de coleta de dados, realizada com representantes das empresas de ecoturismo, além de observações *in situ*. Contatamos oito empresas, no entanto, apenas duas delas aceitaram participar da pesquisa, assim, foram entrevistados os representantes de ambas, às quais denominaremos E1 e E2, visando à preservação de suas identidades.

Utilizamos a Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (2009), para a interpretação dos dados coletados, buscando apontar pontos convergentes que pudessem responder aos objetivos propostos e fornecer indicadores úteis para que pudessemos responder às questões da pesquisa.

Para classificar as perspectivas de EA que embasam as atividades desenvolvidas nas empresas de ecoturismo, utilizamos as categorias conservadora/tradicional e crítica, já anteriormente mencionadas.

O que nos traz a análise e discussão dos resultados obtidos

De acordo com os representantes das empresas de ecoturismo, o público que procura por essas atividades é proveniente de outros municípios. Segundo E1, essa grande procura deve-se ao fato de Brotas apresentar atrações turísticas bem particulares, distintas daquelas normalmente encontradas em outros locais, e responsáveis pela atração de turistas de várias localidades, inclusive internacionais. O representante da E2 se referiu a um forte *marketing* - na região da grande São Paulo e no interior do estado – que, aparentemente, seria o responsável pela grande procura das atividades.

De acordo com os entrevistados, a população local usufrui pouco das potencialidades do município, se comparada aos turistas. No entanto, não conseguiram explicitar a causa concreta desta constatação. Para Pereira e Gonçalves (2004), os quais desenvolveram um trabalho sobre o ecoturismo no município de Brotas, a população se afasta de tais atividades devido ao fato destas apresentarem um alto custo.

Questionando os entrevistados a este respeito soubemos que, apesar da existência dos descontos - no preço das práticas ecoturísticas - concedidos aos moradores do município, a procura pelas mesmas ainda é reduzida e, normalmente, a participação da comunidade local se restringe à prestação de serviços, tais como os de atuação como monitor ou como guia responsável pela condução dos turistas durante o passeio. De acordo com Hintze (2008), é comum que as empresas de ecoturismo contratem a mão de obra local, afirmando ser esta uma forma de ajuda por elas prestada à comunidade. No entanto, muito comumente estas empresas não conhecem, consideram ou respeitam os aspectos culturais e históricos locais, buscando

simplesmente agradecer o ecoturista, no sentido de provê-los da boa infraestrutura e comodidade que desejam.

Quando questionamos os entrevistados sobre como era entendida a EA no ecoturismo, o representante da E1 demonstrou ter uma concepção Conservadora/tradicional, tomando o ambiente como recurso para o desenvolvimento econômico, e a EA como forma de manter o empreendimento, assim como se pode verificar em sua fala a seguir:

“A educação ambiental é o único modo de o turismo sobreviver, é dessa forma que preservamos o meio ambiente.”

Neste trecho é evidente que a EA é uma forma de conservar o recurso natural para que este possa ser continuamente explorado pelo turismo. Assim, a natureza é concebida como mercadoria pela cultura de consumo e mercantilizada como atrativo pelo ecoturismo, que lhe atribui novos significados, no sentido de lucratividade.

O segundo entrevistado (E2) mostrou ter também uma concepção Conservadora/tradicional de EA, baseada na conscientização e preservação. No entanto, diferentemente de E1, não mencionou o aspecto recursista, como se pode ler a seguir:

“A EA é entendida pelas atividades de conscientização, preservação e ações ambientais como a descida voluntária do rio para a coleta de lixo, reciclagem de lixo e outras atividades.”

Segundo E2, essa descida do rio para a coleta de lixo, a qual consiste em navegar de bote pelo rio Jacaré, recolhendo os resíduos encontrados durante o percurso, é uma ação voluntária.

No intuito de nos aprofundarmos na questão das atividades de EA, indagamos como estas são realizadas pelas empresas, e obtivemos as seguintes respostas:

“Realizamos a limpeza de rios, em projetos junto com as escolas. Durante as visitas dos turistas, trabalhamos com a conscientização sobre a coleta de lixo e reciclagem” (E1).

“Realizamos o Rafting ambiental e trilhas ecológicas. Além da diversão, os participantes aprendem dentro da natureza” (E2).

Nos trechos acima podemos perceber que as atividades de EA realizadas pelas empresas estão pautadas em práticas de sensibilização, seja no caso da coleta de lixo, durante o passeio nos rios, ou das práticas desenvolvidas em trilhas ecológicas, de caráter conteudista. Segundo Layrargues (2006), a sensibilização por si só não é suficiente para se alcançar um DS; para isto, é preciso que leve em conta as discussões críticas sobre os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental.

Segundo E1, as atividades realizadas com a participação de estudantes das escolas municipais ocorrem durante a Semana do Meio Ambiente, ou seja, em uma data comemorativa apenas e de forma pontual, portanto, não existindo, de fato, um projeto de EA ou uma preocupação em articular as ações com o que vem sendo desenvolvido em sala de aula pelos professores, por exemplo. Dessa forma, não ocorre uma verdadeira parceria entre as escolas e as empresas de ecoturismo no que diz respeito à criação de projetos em conjunto, que visem à valorização das potencialidades históricas, culturais e ambientais do município.

Com relação às atividades de EA realizadas com os turistas, estas acontecem durante as práticas usualmente oferecidas pela empresa, por meio de discursos informativos, muitas vezes não levando em conta a questão histórica e social do município. Além do mais, de acordo com E1, não existe um profissional específico para trabalhar com essa temática, pois todos os profissionais da empresa poderão se envolver com a EA.

O representante da E2 afirmou que as atividades de EA são executadas por biólogos e por condutores, no caso de práticas como as trilhas educativas e *rafting*. Verificamos, assim, que não há a colaboração de educadores ambientais devidamente preparados para o desenvolvimento de práticas verdadeiramente educativas. Embora existam biólogos contratados pela empresa, nem sempre estes têm formação em EA.

Neste sentido, retomamos à discussão feita por Hintze (2008), quando o autor afirma que não ocorrerá um verdadeiro processo educativo se as empresas de ecoturismo não reconhecerem a necessidade de contar com a atuação de profissionais competentes, capazes de planejar e executar atividades educativas ambientais fundamentadas em teorias e reflexões que as tornem realmente efetivas.

Ao questionarmos os entrevistados sobre o que conheciam a respeito do Programa Município Verde Azul, o representante da E1 afirmou não saber, exatamente, do que se tratava, mas sabia que este Programa contribuía para a preservação do meio ambiente e, dessa forma, contribuía também para a manutenção do ecoturismo, assim reforçando sua visão utilitarista sobre os recursos da natureza. Quanto à realização de atividades por parte da empresa, aparentemente voltadas aos interesses desse Programa ou articuladas ao mesmo, foi mencionada a participação da SMMA e das escolas na realização de atividades conjuntas durante a Semana do Meio Ambiente. Essas atividades consistem em percorrer as trilhas interpretativas e descer o rio, de bote, para coletar o lixo depositado ao longo de suas margens.

Quanto ao representante da E2, este afirmou não ter conhecimento do Programa e, portanto, dizia não realizar qualquer atividade relacionada ao mesmo. Apesar de desconhecer o Programa Estadual, afirmou ser de seu conhecimento o fato de a cidade ser portadora do selo de Município Verde Azul, o que contribui para o *marketing* do ecoturismo local, já que divulga os cuidados relativos ao meio ambiente que, aparentemente, o município demonstra ter, atraindo os turistas que procuram destinos considerados *ecologicamente corretos*.

Segundo o representante da E1, é importante estabelecer articulação entre os diferentes setores do município, pois a participação da comunidade nas atividades relacionadas ao meio ambiente é necessária, visando à valoração do empreendimento. Para esse entrevistado deveria ocorrer uma melhor articulação entre as empresas, SMMA e escolas municipais no intuito de criar projetos em parceria.

Considerações Finais

As respostas expressas apresentadas pelos participantes dessa pesquisa mostraram que suas perspectivas de EA nos levam a assinalar a carência de um embasamento teórico na formação dos profissionais, bem como na formulação de suas práticas, que os levam a promover ações de construção de conhecimentos e de valores ambientais que extrapolem o respeito puro e simples à natureza, visando à abordagem crítica das questões culturais, sociais, econômicas, políticas e históricas inerentes a essa temática. Além disso, percebemos que a única articulação entre a empresa, a SMMA é aquela relacionada às atividades comemorativas (Semana do Meio Ambiente), portanto, a realização de projetos de EA pensados em conjunto, de forma articulada, apresentando objetivos comuns, não ocorre de fato entre estas instituições. Embora as atividades de EA não contemplem de forma crítica os aspectos socioambientais, verificamos que o entrevistado demonstra interesse, e provavelmente considere importante, a articulação entre os diferentes setores, além dos interesses mercadológicos desse segmento de turismo.

Acreditamos que tanto as empresas nas quais estes profissionais prestam seus serviços, quanto a população local e os ecoturistas teriam muito a ganhar se fosse levada em conta a

possibilidade de ampliação das propostas de atividade ecoturística, buscando contemplar os aspectos verdadeiramente educativos. Nesse sentido, consideramos que seria muito interessante se fossem acrescentadas, às atividades atualmente propostas, discussões críticas sobre os aspectos sócio-históricos da realidade vivenciada ao longo do tempo, pela população de Brotas, tais como: as transformações pelas quais passou o município e os porquês dessas mudanças; os aspectos que levaram a população a optar pelas atividades que hoje ali vem sendo desenvolvidas e como a população – e que segmento(s) dela - se beneficia(m) ou não dessas mudanças; a discussão sobre que “tipo de valor” realmente assumem, neste contexto, as belezas naturais.

Dessa forma, consideramos necessário compreender e assumir o fato de que, para que a EA realmente se torne um processo educativo, um ato de formação de indivíduos críticos, tanto as empresas quanto os setores públicos precisam incorporar a compreensão de que enquanto o ato educativo for deixado ao capital, visando ao lucro e à exclusão, predominará a alienação, a consciência conformada ao consumo e reprodutora da degradação socioambiental.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa, Portugal. LDA, 2009, 287p.
- BECKER, B.K. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I.E.; COSTA, P.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.223-244, 470p.
- BRASIL. **Um pouco da História da Educação Ambiental**. Ministério da Educação. 1999. Disponível em:
<<http://www.portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 08/05/2013.
- BRUNDTLAND, Gros (Coord.). *Nosso futuro comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- FERREIRA, C.F. **Atlas Escolar Histórico e Geográfico: Brotas**. 1.ed. São Paulo: Noovha América, 2008, 56p.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1.ed. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2004, 156p. p. 25-34.
- HINTZE, H.C. **Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?** 2008. 137p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008, 137p.
- LAYRARGUES, P.P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. 1.ed. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2004, 156p.
- LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, Cap. 3, p. 72-103. 2006, 214p.
- LOUREIRO, C. F. B; **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. 2 ed. São Paulo:Cortez, 2006, 150p.

MATHEUS, C.E.; MORAES, A.J.; CAFFANI, C.W.A. **Educação ambiental para o turismo sustentável: Vivências integradas e outras estratégias metodológicas.** São Paulo: Rima Editora, 2005, 180p.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – MICT, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília, DF, 1994, 49p.

PEREIRA, M. F. V.; GONÇALVES, A. R.; O ecoturismo em Brotas-SP: ação pública e privada na produção da localidade turística. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 2, p.159-167, mai./ago. 2004. Disponível em:
<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/851/858>>.
Acesso em: 28/08/2012.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos. Tendências nas Pesquisas em Educação Ambiental. In: Fernando Oliveira Noal; Valdo Hermes de Lima Barcelos. (Org.). **Educação Ambiental e Cidadania: Cenários Brasileiros.** 1ed. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003, 349p. p. 253-283.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** 1.ed. Campinas: Autores Associados, 2004, 170p.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes e saberes.** 1.ed. São Paulo: Annablume, 2004, 236 p.